ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 37/2025

(Plenária Presencial)

Aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte cinco, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, nas dependências Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH, Av. João Pessoa, 1105 – Farroupilha – Porto Alegre/RS, sob a coordenação da Presidente **CAROLINA AGUIRRE DA SILVA** e o vice-Presidente **PAULO FRANCISCO DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Eduarda Roos Enes, **Casa de Saúde Menino Jesus de Praga**;

Francyne da Rosa, **CEMME**;

João Batista Machado da Rocha, **Fundação O Pão dos Pobres**;

Luciane Escouto, **Instituto Leonardo Murialdo**;

Natália Cristina de Souza Pires, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**;

Patrícia Lane Araújo Reis, **Associação Beneficente Amurt-Amurtel**;

Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança;**

Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários**;

Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre.**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Denise Zulmira, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**;

Guilherme Fagner da Silva Pereira, **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV**;

Mariana Azevedo, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH;**

Neiva Chaves, **Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS;**

Nicolas Vaz, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – SMEL;**

Sônia Silvestrin e Denise Zulmira, **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**;

Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF.**

DEMAIS PRESENTES:

Gustavo Dal Ponte, **Coordenador FUMID**;

Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia;**

Viviane Anchieta, **Administrativo SMIDH.**

PAUTA:

1. Abertura;

2. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;

3. Informes.

Após a conferência de quórum foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA;

1.1 RETORNOS:

(Evento dos 35 anos do ECA):

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Boa tarde. Vamos iniciar mais uma plenária. Primeiro, vamos falar só um pouquinho sobre o evento de ontem. Então, eu queria agradecer novamente, já botei ali no grupo, mas eu queria agradecer novamente a todos que nos ajudaram, nos auxiliaram. O evento é nosso, mas igual, assim, tanto na formulação quanto na execução. A gente demorou mais de um ano para fazer todo o processo, mas pelo menos no final deu certo. Mas eu acho que foi muito bonito, assim, a cerimônia a partir das 3. A partir das 3, foi muito bonito. E aí, eu acho que a apresentação das crianças, a Rose até não está aqui, mas a instituição foi a Bortolini, surpreendeu muito. Acho que foi realmente uma das apresentações mais bonitas que a gente já teve lá. Teve uma adolescente, que ela é do serviço de convivência, como a gente fala sempre que a adolescente tem que ser protagonista. "A protagonista", que os adolescentes falam, ela foi muito protagonista. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** E ela disse: "Quer que eu resolva? A gente resolve".

(Distribuição de ECAs):

Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente: Olha, bem isso. E aí também, eu acho que no todo, assim, foi muito legal. Nós também estamos com um material agora que eu já trouxe, está ali na secretaria. Nós temos edições do ECA. E aí, eu só vou combinar depois ali com o pessoal da secretaria para a gente não liberar tão liberado os ECAs, porque senão também daqui a pouco

a gente vai ver e não tem nenhum. Então assim, todo mundo quer, mas a gente vai ter que ver para que querem. Que nem vou falar mal do Marcelo. O Marcelo foi descarregar o carro agora lá e me deixou 3 caixas lá no outro prédio da frente. Para quê? Esse passa para eles. Mais ou menos assim. O CT ontem já mandou mensagem que também vão fazer um seminário e querem ECA, mas a SMIDH tem ECA. Então, também tem que pegar na SMIDH. Então assim, mais ou menos isso. Eu sou ciumenta, não adianta! [Risos]. Então, cada um que vá pegar no seu quadrado. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Tu sabe quando foram impressos esses ECAs? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Foi impresso agora, mas ele está desatualizado. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Tá, porque eles perguntaram ontem. Eu imaginei que tivesse a última alteração agora em março, a última atualização. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não. Eu até pedi que fosse, só que acontece que não ia dar tempo, porque a última atualização dele foi de março, é março ou abril. E aí, a mesma arte era a que era possível para agora. E eu queria do ECA digital e teve uma outra atualização também ali, acho que em agosto, por ali, maio, que também não saiu. Então, tem duas atualizações ali que não tinham. Tá, mas mesmo assim, é desatualizado, mas é nosso e é nosso.

(Retorno reunião com a SMAS, pauta recursos aportados do FUNCRIANÇA e novo edital):

Outra coisa também: segunda-feira nós tivemos uma reunião com a SMAS sobre o recurso que foi aportado daqui para lá. Aí, assim, novela mexicana, 44 é o capítulo. O que aconteceu, tá? Depois aí eu passo até o processo para vocês poderem dar uma olhada para ver se vocês iluminam a cabeça. Nós tínhamos dois recursos, tá? Um valor de 6 milhões e um valor de 3 milhões, para ser repassado em 2025. Com o despacho inicial lá da Fazenda, quando nós aprovamos em maio a resolução, em junho e julho a Fazenda deu o primeiro parecer, dizendo que pela resolução estava lá retroativo a janeiro de 2025, que o pagamento seria retroativo a janeiro, não as notas de pagamento, não as contas, vamos dizer assim, mas que seria a contar de janeiro. E aí então a Fazenda deu o entendimento de que como já estava em junho, não tinha como ser janeiro, fevereiro, março, tinha que ser junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro. E aí fizeram um cálculo de 3 milhões mais 6 milhões, 9 milhões, e fizeram o proporcional deste valor, desse período de 6 meses mais ou menos ali. Então, fizeram um

pagamento para a SMAS de 3 milhões e meio com alguma coisa. Na reunião, a SMAS dizia que foi pago para lá 3 milhões. Aqui, Jeniffer e Gustavo diziam que era 3 milhões e meio. Fomos no processo, era 3 milhões e não sei o quê, 3 milhões e meio, não sei o quê. Aí, o que acontece, então? Por sugestão de todos ali, a gente chegou à conclusão de que havia, no caso, um impedimento de fazer retroativo, porque não pode ser pago retroativamente porque diz lá naquela lei que não pode retroativamente. Então, o que a gente pensou? Vamos refazer essa resolução para que seja pago em uma parcela única, em fevereiro agora, porque janeiro não se paga nada, em uma parcela única para este mesmo aporte. Aí pega o valor que foi a diferença e repassa daí agora para as instituições da mesma forma, mas em uma parcela para a questão de qualificação e PPCI, qualificação do serviço e PPCI, adequação e PPCI. Por quê? Porque senão a gente não vai ter esse recurso de forma alguma. Lembrando que para o ano que vem ainda tem mais 3 milhões, que daí é algo que já está somado direitinho. Então, se a gente organizar este recurso dos 3 mais 6, dos 9 deste ano, e aí não precisa mexer na resolução dos 3 do ano que vem. Vocês querem ver o processo? Eu mostro para vocês. Tá, então assim, o que acontece? Houve, na verdade, penso que uma compreensão errada do que a gente tinha organizado com os secretários. E a proposta é de que a gente possa fazer uma nova resolução e aí recalculando as planilhas, recalculando todo o valor, para poder repassar de uma forma única, porque também surgiu na reunião de que a gente pudesse colocar este valor mensal para a instituição. Daria 50 e poucos reais, que era a per capita, mensal por criança. Aí, disse: "Não, mas isso não nos adianta, porque também, digamos, em que a gente vai colocar 50 e poucos mensal e aí a meta subiria, mas e a SMAS vai aguentar depois esse valor no edital? Ou vai cobrir esse valor? Porque daí a gente coloca 50, digamos mais 50, depois eles vão ter que manter os 100". Aí não pode baixar. Então, também a gente não pode mexer num valor de meta em que eles depois talvez não consigam cobrir, vamos dizer assim. Então, nós estamos vendo este texto, a gente ia tentar fechar hoje, não conseguimos fechar a proposta da resolução com as vírgulas que precisa. E aí, na sexta ou segunda-feira, nós temos uma reunião urgente com o André Coronel, com a Fazenda, com a PGM e com quem mais for necessário para a gente poder destravar esse dinheiro. Sabe, porque não tem como, e aí eles acordarem exatamente o texto da resolução. "Ah, a resolução precisa ter essa palavra". Então vamos colocar a palavra que precisa ter. Porque: "Ah, porque vocês colocaram a palavra retroativo. Não podia a palavra retroativo". Pô, mas a palavra "retroativo" foi construída entre 3000 secretários, entre 10.000 assessores, não sei quantas pessoas, desde março, e aí agora no

momento de pagar descobriram a palavra “retroativo”? Ninguém viu. Sabe, então assim... **Francyne da Rosa, CEMME:** Mas não é uma coisa simples, do tipo, são 9 milhões em 2025, outros milhões em 2026? Então, tem que pagar em 2025, está dado. O retroativo, digamos que esse valor ele preenche 2025 só, mas é um valor único, não é? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Seria. Seria simples assim, mas não é. Sabe, só que do lado de lá não se entende tão simples assim. **Francyne da Rosa, CEMME:** Porque daí seria um repasse para as instituições em 2025 e um repasse em 2026. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Nem a Jeniffer entende assim. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Porque a gente não consegue fazer um reajuste na parceria agora, por exemplo, entende? Porque se a gente fizer um reajuste na parceria agora, a gente só vai conseguir fazer, mesmo que fosse possível, seria novembro e dezembro, porque a competência é de 2025. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Mas nem a Jeniffer entende assim, né, Carol? Que ela disse que não dá, e eu falei: “Tá, mas não dá para a gente ajustar?”. “Não”. “Tá, mas se a gente falar com João, Maria e José?”. “Não”. Tudo é “não”. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Agora, ele vai contar daqui para a frente. Bom, se nós vamos fazer dois repasses, um repasse, não interessa, 9 milhões e acabou. A gente não vai poder mais fazer assim desse jeito. Vai ter que ser daqui para a frente. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É que o Mincarone disse assim: “Então, a gente sempre fez errado”. Porque quando a gente negocia, digamos, com a prefeitura, a gente negocia a contar de janeiro e abril, e aí recebe lá em setembro. Tá, e isso aqui é o quê? Retroativo. Entende? É a mesma coisa. A gente negocia eternamente dessa forma com a prefeitura. Não sei qual é a dificuldade agora, mas aí: “Não, é que isso aqui não pode”. “Tá, tudo bem, então não vamos fazer assim”. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Aí, quando chegou em quem tinha que responder, a pessoa não foi lá falar com quem tinha que conversar, que é isso que acontece. E daí cada um responde conforme o seu entendimento. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** O que eu pensei assim, da gente poder fazer este repasse... **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Porque a SMAS diz que fomos nós

que fizemos a resolução. A Jeniffer diz que foi a gente que fez a resolução errada, o CMDCA. E aí fica naquela confusão: aí pode, aí não pode, aí pode, aí não pode. Agora nós do CMDCA que somos culpados. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Na verdade, a gente pode organizar. Porque é assim, a diferença ali foi 3,5 milhões, tá? De 9, digamos que tem 5 milhões ainda para ir. Deu quanto do reajuste? Porque, aí, tem uma jogada lá de dentro. O que eles fizeram? Eles tinham 5, porque o total deles lá para reajuste era 9. Então, eles tinham 5 mais os nossos 3,5. Para pagar o retroativo, eles usaram os 5. E agora mensal eles estão usando os nossos 3,5. Entende? Eles jogaram lá dentro para não usar o nosso retroativo, porque não pode, e aí então eles usaram dessa forma. Só que a gente pode pegar esse dinheiro, está aqui no fundo, tá? Esses 5 milhões estão aqui ainda, não saíram para lá. A gente pode muito bem não repassar. O que a gente tinha pensado? Em organizar uma resolução com parcela única ou não, aí tem que pensar nós, para que a gente possa que essas instituições recebam um valor de qualificação, qualificar seus espaços e qualificar pontualmente os serviços de convivência. A gente tem que avaliar se isso vai ser necessário ainda, porque a gente não vai conseguir melhorar a meta. Porque se a gente for pegar para botar, melhorar a meta. E aí, foi isso que eu mesma falei lá. Meu receio é a gente diluir esse dinheiro, e aí eu vou falar bem mal da SMAS na frente da SMAS. A gente dilui esse dinheiro, digamos, a R$ 50 a meta para cada aumento da criança e aí a SMAS coloca R$ 5 de aumento. Entende? Ah, daí vai tomar banho. Então, não vale. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Deixa eu te fazer uma pergunta. Qual é o valor que vocês entendem, vocês que executam o serviço de convivência, que é o correto para uma criança de convivência? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** No mínimo, a meta da educação infantil, que está entre 900 a 1.300. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Hoje, o município aporta 350? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** 340, 360. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Mas aí tem aquela questão que tem umas que ganham 300 e pouco e outras ganham 700. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ainda tem 20 valores diferentes. [Falas concomitantes]. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda –**

SMF: Quando é que vai para a rua o edital para nós aportarmos esse? [Falas concomitantes]. **Francyne da Rosa, CEMME:** Eu acho que é a mesma coisa, mas acho que talvez descrita de uma forma diferente, porque a gente tinha falado em valor-meta. Igual, todo mundo receberia igual, dependendo da sua quantidade de metas. Neste sentido, então, é outro entendimento no sentido de que todos receberiam, então, o mesmo valor e não por meta. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não, isso aí a gente já caiu umas plenárias atrás. **Francyne da Rosa, CEMME:** Sim, porque a última, antes dessas, acho que foram duas reuniões, que teve com a SMAS, o que tinha ficado combinado é que seria, digamos, a minha instituição tem 50 metas, a da Neiva tem 60. Eu ganharia por 50 metas e ela por 60. Nessa modalidade agora de repasse único, nós duas vamos ganhar o mesmo valor. E esse valor vai ser para qualificar o serviço, né? Vai ser uma prestação de contas única desse valor, e aí a gente não mexe na questão valor-meta, né? Não conflita talvez lá com a SMAS. Isso? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É. Há umas duas, três plenárias atrás, a gente caiu a questão de ser um valor meta igual para todo mundo, porque a gente viu que os 6 milhões, vamos dizer assim, não davam para nada. E que, como tinha muita diferença de per capitas, a gente não ia conseguir chegar a um per capita bom, porque uma instituição ia ganhar R$ 20 de aumento e a outra instituição ia ter que ganhar R$ 120 de aumento, né? Então, ia ter muita diferença. Então, a gente optou por não. Mas a ideia era agora a gente poder fazer uma parcela única para qualificar o serviço. E aí, a gente poderia dizer o que pode qualificar, tranquilo, mas não seria algo no decorrer do ano. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Bom, eu tenho as minhas considerações, né, que a gente já conversou, é para dentro, na parte do governo. Eu penso o seguinte: não vai, essa parcela aí, considerando todo esse período que se passou, porque até o momento não foi colocado, não vai ajudar. Vai chegar em janeiro, vai chegar em março, e vai voltar para essa mesa de novo a discussão do valor da meta. Então, assim, a SMAS está fazendo, elaborando um edital para colocar um valor. Eu sugiro que esse valor, se para quem executa serviço de convivência, e aí respeitando os vazios de atendimento, e daí revendo os termos e tudo mais, acho que o negócio agora, não ter esse desembolso agora, mas sim qualificar, porque vai chegar em março e essa mesa vai discutir de novo, e nós vamos voltar à estaca zero. E aí passa, daí não passa, daí vai e não vai. Então, assim, ou a gente revoga a resolução. Revogamos a resolução. Ok, SMAS, qual é o

valor? Nós queremos 700, então todo mundo vai receber 700 e o conselho vai aportar 700, e tu bota esse edital na rua e aí se revê todo mundo e se revê os vazios e todos os termos. E aí é isso? É isso. Pronto, entendeu? Senão nós vamos voltar. Não vai demorar, esse assunto volta porque a meta se continua 300 ou 350 ou 400, e não vai dar conta. Então, dito isso, esta é a minha posição neste momento. E eu, conhecendo o trâmite, vai chegar em janeiro e ainda vai ter: "Ah, mas aí é o critério A, é o critério B". Daí vai, infelizmente ou felizmente, este é o trâmite. Então, essa é a minha sugestão neste momento. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Na verdade, pessoal, me parece que tem outras intenções, que até já foi falado em reunião, mesmo sendo informal, o pessoal da secretaria da SMAS, com a proposta de, tipo assim: por que não colocar esse dinheiro aportado pelo CMDCA para o edital que vamos lançar o ano que vem? Então, para mim deve ter alguma coisa, porque já estava pronto para repassar a tabela, a planilha, todos os valores, e agora voltar tudo de novo? Aí, qual a intenção desse pessoal? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Não, mas daí eu discordo de ti, Paulinho. Neste momento, eu discordo, porque não tenho essa ideia, discordo, porque, conversando com as gurias que estão fazendo, enfim, tem uma série de coisas, mas acho que não. Vejo que não é. A gente tem a fala do Frei constante: "Nós não estamos dando conta, temos essa demanda, precisamos mais isso ou mais aquilo". É isso. Então, assim, infelizmente, nós lançamos em maio com todo o aporte de secretariado que veio aqui e pediu o recurso, em maio e nós estamos em novembro. E aí, hoje é o meu entendimento, amanhã é o entendimento da Carol, amanhã é o entendimento da Priscila. Então, não. Se não saiu, acho que a vantagem, e volto a dizer aqui neste pleno, isso vai valer hoje para o serviço de convivência, daqui a 30 dias a SMAS lançar algo do acolhimento, acho que temos de novo, porque daí sim, de fato, nós vamos estar fazendo alguma coisa diferente e dando condições para que quem trabalha com isso possa trabalhar. E aí, se vale para o acolhimento amanhã ou depois, enfim, vai ter, elas estão lançando os editais no sentido de melhorias. Então, acho que é por aí. Porque não adianta nós ficarmos com o edital baixo e, outra, esse edital, se sair para a rua, ele vai sair nos mesmos 350, e não vai contemplar o que as OSCs estão pedindo. Não vai contemplar, muito pelo contrário. E aí, acho que tem algum outro cargo que tem que vai ter que ter, pelo que as gurias comentaram. Então, não sei se vale a pena. É só isso. **Francyne da Rosa, CEMME:** Eu só queria comentar, acho que essa construção, a questão do edital, este ano a gente não conseguiu fazer, né? Essa foi a primeira coisa e foi o motivo pelo qual se pensou nessa outra

possibilidade a partir da proposta da SMAS. Com relação ao edital, quando eles lançarem, porque o do serviço de convivência adolescente está pronto, é para eles lançarem a qualquer momento, né? Eles vão lançar com uma per capita maior, já está definido que é uma per capita de 600 e pouco. Não é a per capita que a gente pensaria que daria conta, óbvio, né? Mas eles estão se baseando ali na per capita do trabalho educativo, que é 700 e pouco, então vou fazer um pouquinho menos, é o que eles podem pagar, vamos dizer assim. Digamos que o conselho entrasse em discussão com a SMAS no sentido de aportar recurso para aumentar essa per capita. Eu acho que daí chegaria daqui a dois anos, que daí o conselho daria, digamos, por dois anos, a SMAS não vai ter esse valor para continuar aportando uma per capita maior do que eles colocaram em edital ali. Então, com relação a um edital, a gente não fazer a resolução e fazer editais com esse valor, a gente perde a premissa lá do início que era a questão de todo mundo ganhar, né? Porque o edital é seleção. E isso a gente tem que deixar claro dentro do edital, é isso que a gente quebra a cabeça, porque a gente quer botar o máximo de instituições e não vai, porque tem que ter critérios de seleção ali. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Pode se fazer um edital onde todos ganhem. Pode fazer um edital onde a seleção seja geral, né? Não tenha critérios, é só critério de desclassificação, mas todos que forem classificados podem receber. Dá para fazer. **Francyne da Rosa, CEMME:** A questão é como, porque este ano todas as propostas de editais que foram para... **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Já está convidada a se juntar no nosso grupo. [Risos]. **Francyne da Rosa, CEMME:** Porque assim, o que sempre barrou foi que é competitividade, que o edital precisa ser competitivo. Então, um não vai entrar para o outro entrar, obrigatoriamente. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Pensado de forma errada. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Isso é controverso. **Francyne da Rosa, CEMME:** Não foi por isso que a gente não conseguiu o edital. Dois anos que esse dinheiro está parado. Então, eu penso assim, esta resolução, ela precisa ser definida, ela precisa ser resolvida, porque assim, é eleição, mês que vem, ano que vem a gente não sabe quem vai estar aqui. Então, precisa, e na minha opinião, se nesse momento a gente consegue fazer uma combinação de este ano é 9 milhões e ano que vem é 6 milhões, não lembro agora dos números, mas esses 9 milhões é tanto para cada instituição. É a divisão, né? Quanto que é para cada instituição desse valor. É um aporte pontual, é um aporte de qualificação, mas todas as instituições vão receber. Então, eu acho que novamente a gente

volta na discussão de não fazer a resolução, de se desfazer ela, e pensar em edital. Para este ano, não sei se a gente consegue, né? A gente está ali construindo, pensando um edital, mas a gente sabe o quanto demora esse processo. Então, a gente vai fechar esse mandato sem mexer no recurso. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres**: Eu reforço aquilo que o Frei trouxe, a gente não pode ficar com o recurso parado enquanto a atividade fim necessita, e esse recurso é captado, sensibilizado para as empresas e para as organizações, justamente para atender uma finalidade. Se esse recurso travou agora na prefeitura, eu sigo a lógica que a Sônia traz aqui de fazer esse desdobramento. E quando a Patrícia traz aqui: "Quem disse que não pode fazer o edital? Quem disse? A PGM?". O que nos falta é uma assessoria jurídica que nos atenda. E aí, vou aproveitar, a Carol participou ali da FUNDARS, a gente tem procuradores, promotores de justiça empenhados em nos auxiliar, para dar um aporte jurídico para contestar. Eu acredito sim, o edital, ele tem um princípio de desclassificação. Quem incidiu nos critérios necessários está desclassificado. Agora, por exemplo, o que a gente está fazendo? A gente está repassando recurso sem nenhum edital. E ninguém nos barrou. A gente já fez isso. Então, nesse sentido, abre-se o edital para todos os serviços, conforme os percentuais estabelecidos, se busca, nem que seja o Mediar ali para formatar e configurar. Claro que aquelas instituições que não estão nos critérios de frequência, de atendimento do público objeto final, essas sim não vão atender, mas todas as demais não tem porquê. E outra, vai mudar a gestão ou, pelo menos, algumas cadeiras vão ser alteradas, é muito recurso parado. Isso é um desfavor para o fundo, porque quem pergunta para onde foi parar o dinheiro, a gente não sabe. Porque, por exemplo, quando tu capta um recurso, tu bate na porta do empresário, da pessoa, e diz assim: "Olha, eu preciso de 500 mil". Vou pegar o Pão: "Preciso de 10 milhões". E as pessoas aportam os 10 milhões. E em algum período depois pergunta: "Onde é que tu aplicou esse dinheiro?". "Ah, eu não apliquei, está lá no fundo parado". É isso que começa a desacreditar e a gente acaba perdendo o fôlego para captar mais recursos. E a gente viu nos últimos eventos ali, existe muito dinheiro, muito mais do que a gente capta. Então, acredito que essas deliberações a gente precisa o mais rápido possível. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Quando a gente diz, a Fran fala ali da questão de que a gente tentou fazer os editais, vocês sabem bem que nós estávamos construindo com um grupo nosso aqui, nós construímos mais de cinco textos de edital, mais de cinco! Os cinco textos, isso nos dois últimos anos, esses cinco textos foram trancados de

diversas formas. Nós tivemos reuniões com a Cristiane Catarina, nós tivemos reunião com a Rochele, com a Larissa, com a Jeniffer, com a ASSETEC, com todo o pessoal. E ouso a dizer, é ruim colocar a culpa em uma pessoa, mas eu ouso a dizer em que com a saída da Rochele, acho que houve uma flexibilização do entendimento, tá? Não é a culpa dela, mas talvez seja a compreensão que ela tinha. E, por isso que nos ousamos novamente a organizar o texto do edital, nós estamos construindo. E a proposta é que a gente vai estar trazendo para vocês é fazer um valor, quanto nós temos? 19 milhões. Vamos fazer de 19 milhões o edital. Sabe? E aí a gente faz o edital ainda este ano. Então assim, ah, vai ser nos apagar das luzes? Vai, mas a gente vai fazer o edital ainda este ano. Então assim, e aí a gente pode pegar e fazer este valor de 5 milhões, a gente pode colocar também no seu, não coloca no serviço de convivência, mas coloca no edital. Ou não precisa colocar no edital, deixa lá 5 milhões para alguma coisa que a gente for precisar daqui a pouquinho, né? Então assim, é mais uma chance de... Nós estamos pensando, nós estamos pensando assim, em todos os serviços, atendimento direto, indireto e também assessorias e campanhas, tá? Então assim, aproveitar que vai ser um bom edital, um bom serviço, um bom, né? Aí, a gente vai fazer isso. Aí já coloco algumas coisas em que hoje eu estava conversando com a Larissa, que a gente vai pensando. Uma das coisas ruins de lançar tudo isso num edital só é que as instituições em que forem participarem não podem analisar. Então, o governo que analisa, somente os conselheiros do governo, e mais os funcionários ali da secretaria. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários:** E como que a gente fazia nos anteriores? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Porque anteriormente a gente não seguia a orientação do CONANDA e também da lei. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** E agora não estamos passando nada. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** É que cada vez mais a gente vai ter que seguir o que está ali na 309, e na 309 realmente diz isso, realmente diz que tu não pode, que quem está impedido é, um monte de coisas ali fala. Isso é a parte ruim, mas também penso em não fazer quatro, cinco editais, penso em fazer um só. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Foi o que eu disse para a Carol, é a parte que é bom, mas é ruim. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É, mas aí precisa fazer alguma coisa. A Larissa falou: se for um checklist e não um questionamento de qual é a mais ou menos, é mais fácil. Porque é um checklist, né? E aí

só trabalha no checklist ali. **Francyne da Rosa, CEMME:** É, e daí a questão da atividade do projeto, aquilo que a gente falou, proposta não... **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Mas a gente pode fazer com quem já está com o hábito de avaliar, uma reunião, uma formação, um momento das pessoas do governo estarem bem alinhadas, aprenderem. Fazer antes. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo**: Eu só quero reafirmar tudo isso que a gente está dizendo, como colegiado, a preocupação que a gente deve ter pela questão da liberação dos recursos, de forma mais prática possível. Lembrando que a gente perde credibilidade enquanto conselho municipal, enquanto fundo da criança, né? E também que a destinação do imposto de renda através dos fundos não é a única forma das empresas destinarem recursos, né? Então, assim, a gente não pode, a gente tem que realmente agilizar e que bom que vocês estão dizendo isso, que a gente está dizendo isso agora e que sim, para não apagar das luzes, vamos fazer, né? Vamos seguir, porque senão a gente vai impactar no recurso do ano que vem, para a questão da doação do fundo. Porque nós aqui que já estamos há algum tempo na prática e trabalhando assim, já estamos, e a gente sabe que a gente tem outras formas dessa, como a Patrícia e a Carol, de ter a destinação. Mas assim, a nossa questão não é essa, é cada vez mais por agradecer a política pública, né? Nós estamos aqui defendendo essa questão. Então, a gente tem que dizer sim, né? E realmente trabalhar com um edital que dê conta das demandas, das necessidades da entidade e liberar esse recurso. A gente sabe que não vai ser agora, na nossa gestão, mas assim, vai ter que trabalhar, deixar alinhado, pronto para que se dê o processo. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Os artigos aqui, que falam assim, que a lógica não é a lógica competitiva de mercado, porque essa é a lógica, muitas vezes, até de licitação, que não é o nosso caso. Que aí, assim, serviços continuados que são essenciais, eles podem ter critérios até de dispensa de chamamento. Até se fosse apenas para fazer divisão por meta e do recurso, poderia dentro da lei. Indicado, assim, que não comporta competição pela natureza do objeto, que a gente vai ter que ter comprovação de capacidade técnica, de experiência, pertinência, atuação de território. Então, assim, o que eu sinto, Carol, é que não é só aqui o conselho, são muito da sociedade civil, a gente precisa de uma assessoria jurídica que entenda sobre essas relações de fundo, Lei 13.019 e organizações. Porque muitas vezes o lá de lá não entende. Então, a gente precisa argumentar bem. E aí se não entende, fica no que os advogados chamam de juridiquês mesmo, assim. Aí fica, aí entra na lógica da antiga 8.666, aí volta de novo à lógica de licitação, aí a gente entra umas regras de uma roupa que já não cabe

mais em nós, né? Que é essa, que esse tipo de lei já antiga. Então, seria muito bom a gente ter pelo menos um advogado que entenda para lançar o edital, fazer tudo e vai dar questões e ter respostas com o advogado, porque um juridiquês ali. Era isso. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Era exatamente isso que eu ia dizer, que eu fiquei bem chateada com a tal da palavra ali, do negócio que não podia, retroativo e tal, e eu disse para a Carol: "Mas como assim, Carol, que ninguém viu lá atrás quando foi feita a resolução?". Então, o que eu também ia sugerir, que a gente pudesse ter uma assessoria jurídica para quando saem essas resoluções, para quando sai o edital, para uma outra pessoa que tenha mais esse poder, poder ver para a gente não cair nesses erros, porque chega a ser, é triste, assim, as pessoas estarem todas esperando uma coisa, e aí a gente tem que vir aqui e dizer, porque eu estava na reunião e que eu quero responder ali do Paulinho, eu não ouvi essa discussão lá, que vamos pegar, querer o dinheiro para o edital e tal. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Foi informal, na maneira informal falou. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Ah, não ouvi. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** "Por que vocês", estava eu e o Mincarone, "porque vocês não deixam esse aporte colocar no nosso edital do serviço de convivência que vai fazer para o ano que vem?" **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Então, eu fiquei bem chateada, assim, e quero dizer que a Carol estava junto, não partiu exatamente da SMAS, a Jeniffer que foi com isso pronto, que não dava mais para fazer. E ela disse que a gente não leu o processo. E daí a Jeniffer está aqui do nosso lado, né? Podia nos ajudar também. Não sei, isso é uma crítica que eu faço. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Será que é ia ser contratada alguém que entende do assunto? E talvez não é qualquer assessoria. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** É uma que saiba que o alinhamento é possível, né? Que a gente pudesse ter uma assessoria jurídica, tá, que, né? A seria papel, tipo, fazer isso, mas como a gente está com um problema de entendimento de algumas questões, uma assessoria jurídica que com essas características que a Patrícia mencionou, né? Que trabalhe de uma forma ampla, consiga entender a questão do marco regulatório, da questão da Lei das Licitações, mas também olhe o lado da sociedade civil, né? Uma pessoa que esteja bem alinhada com as proposições legais novas, inovadoras, e que não venha com questões que possam ser impeditivos. Sempre no impeditivo, com as exceções. Porque a assessoria jurídica, ela é uma obrigatoriedade, o conselho municipal tem que ter uma

assessoria jurídica. Mas, se o poder executivo não consegue dar essa assessoria jurídica que nós precisamos, que se encaminhasse que tivesse uma assessoria jurídica contratada para isso. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Eu também acho. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu só fico pensando, daí eu acho que teria que entrar uma análise jurídica, porque até lá no evento da FUNDARS, até que o João fala, teve uma instituição que chegou para mim e me perguntou se a gente poderia com o recurso do fundo, contratar tanto, digamos, assessoria jurídica, quanto secretário para o CMDCA. Que eu entendo, nós não poderíamos, tá? Porque na lei diz que a parte administrativa, não sei o quê, é responsabilidade da prefeitura. Mas, aí eu lembro uma época em que nós tivemos, aí até na época da Dalva lá, em que a gente contratou e pagou, mas também me lembro que teve um monte de questões depois, mas assim, exatamente jurídico eu não me lembro o que aconteceu. Mas eu acho que cabe a gente poder ver se é possível isso juridicamente. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Mas porque se não, Carol, faz a falta que nos faz. Porque se a gente vai trabalhar sempre no impeditivo, não dá por isso, não dá, não dá, não dá, nunca dá. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Porque se for possível, a gente pode organizar um recurso via fundo e organizar a contratação de uma consultoria jurídica para nos assessorar por x horas, para x coisas, para essas questões, assim, que eu acho que é super viável para nós, e superimportante, na verdade. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Pode ser até como um projeto que tem início, meio e fim, sabe? Que se dentro de um projeto, no edital, até daqui a pouco a própria associação ASAFOM contrata e por meio de um projeto que se submete ao conselho, não sei como funciona, pode contratar e auxiliar todas essas partes, pelo menos para a gente ter um novo decreto federal, novos decretos que tem várias inovações importantes. Para que a gente possa estar discutindo isso e pelo menos superar esse assunto. **Francyne da Rosa, CEMME:** Nesse que a gente sente falta, pode entrar no edital, né? Num edital para instituições indiretas que possam prestar essa assessoria ao conselho. Pode ser dentro dessa assessoria, pode ser as capacitações das legislações e a assessoria técnica também, né? **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo**: Esse encaminhamento da questão do projeto, eu acho que a primeira coisa é o projeto que se quer, né? E assim, propor um edital mínimo, com questões básicas que é as nossas necessidades, porque diz muito bem assim: “Ah, a prefeitura, o governo

municipal tem que prover". Mas não está dando o respaldo que a gente precisa. A gente não está precisando ter o recurso aqui dentro, como a gente está tendo, e a gente está tendo um bom recurso, um bom recurso, um recurso considerável, uma soma que somaria muito dentro dos nossos processos de organizações da sociedade civil para o atendimento direto. E a gente não consegue colocar em prática pela questão da agilidade. Então assim, a gente abriu um edital, a gente poderia, sim, acho que a Sônia conhece muito mais sobre fundo do que eu, eu sou, né, é outra cadeira, um dia eu já estive nessa cadeira, mas estou desse lado da cadeira, que a gente possa realmente fazer um projeto com a nossa necessidade enquanto conselheiros da sociedade civil. Porque é uma coisa que não é para nós que estamos aqui neste momento, é uma questão para a cidade. Pelo número de atendidos que a gente tem. Se tu fores fazer um balanço, o conselho municipal, gere as instituições que fazem muito mais serviços em questão de quantitativo que ainda os equipamentos da prefeitura que não são suficientes. Então, assim, eu acho que está na hora da gente conversar amplamente, tanto com o governo federal, que a gente já tentou e não conseguimos ter muito êxito. Tem a prefeitura de Belo Horizonte que tem algumas práticas interessantes. O pessoal de São Paulo também tem um grande acúmulo da questão de recursos e que tem, muitas vezes, assessorias pagas pelo próprio fundo, porque não dá, não tem recurso suficiente, mas a gente vai ter que começar a ousar. A gente, na verdade, a gente está se prendendo em legislações e tem a excepcionalidade. É aí como a Patrícia está dizendo aqui o tempo todo, a Sônia e a Neiva também disse na sua fala, que é a questão, a gente não pode ficar numa, um juridiquês que nos deixe preso. A gente tem a legislação, o jurídico, ele tem que achar soluções para que a gente consiga executar a política da criança e adolescente com mais ousadia. **Mariana Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Eu gostaria de, boa tarde a todos, de perguntar se vocês sabem e dar a informação quem é o responsável da executiva para essa questão jurídica, já que foi levantado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Da executiva tu fala da prefeitura? A SMIDH. **Mariana Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Tá, mas quem é o técnico responsável? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** A Catarina, a PM-7, o assessor que atende vocês, que atende a SMIDH, a PGM assessora, quem está lá lotado. É a Catarina, é o João, é a Maria? É aquele grupo ali, que tem que avaliar aqui. **Mariana Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** E eles

não vêm para as plenárias, não fazem nada? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não. Plenária, eles já participaram uma vez quando a gente convidou. Nós tínhamos reuniões mensais ou quinzenais. Eles podem vir, a gente tinha reuniões periódicas lá com a Dra. Cristiane Catarina, mas eu acho que é além disso, entende? Eu acho que a PGM, ela é mais... Não é esse o intuito, mas ela é mais para defender os interesses de prefeitura do que entender, defender os interesses de OSCs. E o que a gente está querendo falar aqui é interesse de OSC, que é "barra" criança (OSC/criança), como eu digo. Então, muitas vezes a PGM, ela defende a parte legal da legal, a vírgula é aqui e não é ali. E não é isso que a gente quer. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Eles estão forjados na Lei das Licitações. É diferente de uma lei específica das relações de parceria entre governo e as organizações. Por isso que tem o novo marco regulatório, que a gente não conseguiu ainda, realmente... São pessoas que foram treinadas, estudaram, pode administrar, quando a gente passa no concurso, ou é procurador, tal, a gente entende bastante da administração pública. Alguns podem aprofundar e estudar também questão da lei, da 13.019, dessas relações de parceria, dessa transferência de fundo. Tinha que ter um perfil, ou aberto para dialogar, ou que pelo menos tivesse alguma especialização na área. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** E tivesse um olhar de OSC, eu acho, também, né? É, porque isso, a gente brinca que a pessoa, quando ela sai, ela pode ser jurídica ou qualquer área, se ela não entende o que é chão de fábrica, se ela não entende o que é instituição, ela não vai conseguir fazer algo, né? É diferente. **Francyne da Rosa, CEMME:** E por isso que, mesmo que seja responsabilidade da secretaria, da prefeitura, esse assessoramento jurídico ao conselho, não nos serve, entende? Porque a gente ficaria dependente de alguém que não teria este olhar sobre as OSCs, e talvez a gente não tenha. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Só para mim poder entender o que a gente conversou até agora. Então, vocês estão, tendendo a gente não fazer uma nova resolução para repassar novamente o recurso para o serviço de convivência e sim colocar este recurso ou para o edital ou deixar no fundo para algum outro momento? É isso? **Francyne da Rosa, CEMME:** Eu acho que o encaminhamento, neste momento, antes ainda de lançar um edital, seria a contratação de um jurídico. Até porque um edital este ano não vai sair. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de**

Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA: Vai! **Francyne da Rosa, CEMME:** Não vai, Carol. 30 dias no site, fechou o ano. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Tá. Aí muda para o ano que vem. Não, é que eu estou falando assim... É lançar. **Francyne da Rosa, CEMME:** É 30 dias de publicação. Até a gente chegar a publicar, tá? Vamos pensar que, assim, na melhor das hipóteses, em 15 dias a gente esteja com o texto pronto, na melhor das hipóteses. É mais 30. Acabou o ano. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Lançamos o edital. **Francyne da Rosa, CEMME:** Não, só falando em lançar e pagar. A gente está falando em lançar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É isso, eu estou falando em lançar. Sim, a gente conseguiu lançar o edital. Não, lançamos o edital. Você tem que usar a camiseta verde, ter esperança. [Risos]. Hoje eu estava no calendário. A gente tem 30 dias no site, depois não sei o que, prazo disso, prazo daquilo, mais 30 dias de envio de processos, de propostas. O que eu não queria? Em que ficasse só o mês de janeiro para envio de propostas; eu queria janeiro e fevereiro. Não pode, porque é 30 dias de envio de propostas. Então, o que a gente vai fazer? A gente vai tentar lançar nos últimos dias de dezembro para contar os dias de janeiro, 30 dias no site, e fevereiro envia as propostas. Entendeu? **Francyne da Rosa, CEMME:** Até que dia de dezembro dá? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Até o dia 31. Não, o Dopa não funciona até o dia 31, mas aí a gente já envia, não sei. **Francyne da Rosa, CEMME:** Eu vou dizer para vocês, tem que ser antes do dia 20 de dezembro. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Se a gente aprovar na última plenária, que a nossa última plenária provavelmente vai ser dia 17. Dia 17 de dezembro aprovando, aí se publica naquela semana, entre Natal e Ano Novo. **Francyne da Rosa, CEMME:** Dia 3 de dezembro esse edital tem que estar para publicação. Nem que tenha que fazer extraordinária. Esse edital tem que estar na rua já dia 2 de dezembro, dia 3 de dezembro, vai contar 30 dias. Tem que ser publicado. Porque se entrar dezembro para publicação, a gente corre risco. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É que é assim, uma coisa que eu pensei e não falei, mas assim, a gente não pode

deixar só janeiro para as instituições enviarem as propostas. Tem muitas instituições, é diferente de nós aqui, a gente trabalha janeiro, fevereiro e março, tanto faz. Mas tem instituições em que param por completo em janeiro. E aí essas instituições, elas não vão conseguir se organizar, elas não têm alguém para fazer. Então, por isso que teria que deixar algum tempo ali em fevereiro para envio de propostas. Mas isso depois a gente vai construir melhor. Mas voltando ao recurso do serviço de convivência, então, nós deixamos para o edital ou para outro momento isso? Para o edital. E aí não repassa para a SMAS. E aí este valor da diferença a gente não vai repassar novamente para a SMAS. [Falas concomitantes]. **Francyne da Rosa, CEMME:** Mas já foi repassado um valor. Se já foi passado o valor, tem como revogar? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Não. A gente não vai revogar nada, entende? A gente não precisa revogar, porque foi feito o trâmite. A gente tem que fazer um despacho até para dizer que a gente não vai refazer o que foi feito, vamos dizer assim, né? Mas se a gente não for repassar novamente, só não repassa novamente, faz o despacho do porquê que não está repassando novamente e ok. Mas eu quero só dar uma lida na proposta. **Priscila Balestrin, Parceiros Voluntários**: Só um ponto, exatamente isso que eu estava pensando assim, porque a gente criou uma expectativa, a gente está há meses falando desse recurso, já está público este valor, as instituições estavam aguardando, e aí como que a gente vai voltar atrás agora assim? Como que isso vai ser comunicado, né? Que esse valor, que a totalidade não vai chegar. Vai chegar de uma outra forma, eu entendi, concordo. Mas como que a gente vai comunicar isso, visto de uma expectativa gerada, né, toda essa função? **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Comunica que não, que vai chegar. Comunica que vai adiar, porque se continuar do mesmo jeito também não vai chegar. Não vai chegar, só que tem que comunicar. Tem que falar a verdade do jeito que se decidiu e falar a verdade. **Francyne da Rosa, CEMME:** O dinheiro que já foi repassado, como que vai ser liberado isso. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Mas é que ele é uma outra combinação. Era para ser repassado 3 milhões para uma coisa, e 6 milhões para outra e 3 milhões para outra, que é do ano que vem, que é 2026, entendeu? Então, o que foi combinado já foi repassado. 3 milhões, só que foi repassado um pouquinho a mais, foi 3.500, sei lá o quê. É isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Esse valor de 2026, esse de 3 milhões, a gente não mexe. 2026 vai acontecer normalmente, a resolução a

gente vai deixar como está. Esses 3 milhões de 2026. Acontece igual, até porque ele é uma complementação do valor que foi negociado com a prefeitura este ano. O valor de 6 milhões, que é para qualificação de serviços, que é o que a gente teria que discutir. Daquele ali, eles passaram 3,5 milhões. E dos 3 milhões, eles não passaram porque daí eles fizeram o cálculo: 6 mais 3, que dá os 9, e aí eles fizeram proporcional. Foi esse o erro. Só que eu fico pensando sinceramente, gente, na questão das instituições. **Francyne da Rosa, CEMME:** Mas então digamos que a SMAS, desses 3 milhões, vai passar algum valor diretamente agora para as instituições. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Já passaram. A SMAS já está pagando mensalmente as instituições com os 3,5 milhões. Era de subsídio. O que a gente podia fazer é amadurecer o coração. Nas próximas plenárias a gente traz o texto da resolução, conversamos novamente, vocês já vão pensar com o estômago. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Mas tem um tempo hábil para dar para encaminhar? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** O tempo hábil já passou, na verdade. Tudo que já passou. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Porque não pode mais nada este ano. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não é que não possa. De acordo com o parecer da Fazenda, o valor em que a gente poderia repassar em 2025 dos 9 já foi repassado. Porque eles calcularam e fizeram proporcional. Porque tem aquela palavra lá do relativo. Aí eu disse assim: está, gente, a gente não pode fazer uma nova resolução mandando este ano? Pode, só que vai ficar feio no processo, porque vai parecer que é um enjambre. Aí depois podem responder. Aí eu disse: não, então. Onde é que está? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Me dá o número desse processo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** São dois processos, até porque eles fizeram em dois processos, depois descobriram que tinha dois processos e que estavam falando da mesma coisa e não falando das mesmas coisas. Mas então é assim, a gente vai fazer o texto da resolução como se a gente fosse passar. E aí depois eu vou passar os processos para vocês, os dois. Vocês olhem os processos para vocês poderem ter conhecimento. Tem que olhar desde a caixa primeira, desde a primeira caixa lá, gente, que senão vocês não vão conseguir pegar a questão do processo. Porque assim, foi bem chato a reunião. E aí com isso, nós estamos

pedindo uma reunião com o Coronel André e companhia limitada, para que a gente possa ou chegar e já: ó, está aqui o texto da resolução, a gente quer desse jeito, ou então chegar com a proposta do edital, que a gente quer assim desse jeito. Eu gostaria de uma reunião esta semana ainda, mas, vista a nossa discussão... **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Mas a gente não tem proposta de edital e nem do outro? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Não. Tudo na minha cabeça. [Risos]. Não, o texto do edital a gente já está construindo. Mas o texto da resolução eu tenho até um rascunho já, que a Jeniffer Mincarone já começou a construir. Mas de qualquer forma, a gente não decidiu o que a gente quer fazer, então eu também não posso chegar para o Coronel que eu não sei. Com duas propostas sendo que eu não sei qual que a gente quer. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Mas assim, a gente não pode votar agora? Porque assim, eu acho que é interessante, eu penso que é interessante tu propor as duas coisas. Tu está com duas alternativas. É esta ou esta. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Na verdade, até seriam as duas alternativas. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** A escrita do edital a gente sabe que em uma noite, se tu e mais duas, três, passarem sem dormir até às 8 horas da manhã... [Falas concomitantes]. **Francyne da Rosa, CEMME:** Mas olha o CPA, desde o dia 31 de julho na gaveta. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** De novo. Mari, isso aí tu podia pegar para ti, ver com o pessoal da ASSETEC, onde que está esse processo. A gente precisa que o processo do CPA, que o Paulinho vai te passar o número aí, tem que rever todos os dados, direitinho, e parecer jurídico, né? Isso aí, olha, para ontem, de preferência. Então, assim, se for chamada a reunião com os secretários, vou levar as duas propostas, tá? Que daí a gente negocia e vê o que a gente consegue fazer. Porque tendo o recurso, e também, a gente queria vincular à liberação do recurso do ar-condicionado, né? Só que a gente queria vincular a liberação para a SMAS. Então, tipo assim, está meio trancada até a vinculação dos recursos, porque é complicado. Porque não libera aqui, como é que a gente libera lá? Mas aí, tudo isso é complicado.

(Aquisição ares-condicionados):

João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres: O ar-condicionado, por conta da prerrogativa no período eleitoral, é só um projeto. Para liberar recurso, tem que ser

um projeto vinculado dentro dos eixos do CMDCA, aquisição de bens. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Mas é isso que a gente falou de que enviar para também uma consultoria da PGM e da ASSETEC. Aí isso eu queria ver com a Finanças e com a Políticas, para fazer o parecer. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Porque o retroativo que não foi aprovado está vetado. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É que, na verdade, era também o entendimento dela, né? Aqui tem o parecer exatamente sobre essa questão, né? "A Comissão de Finanças, então, recebe o processo que trata da aquisição de 48 equipamentos de ar-condicionado para o Conselho Tutelar do município, e em análise ao processo, informamos: que não se trata de projeto ou programa, portanto não se vincula à 13.019; que a licitação dos equipamentos solicitados consta no processo SEI número tal, que resultou na ata de registro de preço número tal; a manifestação de interesse na licitação acima referida na parte da SMDS consta no documento SEI número tal, e os locais de instalação constam em outro SEI. O Fundo Municipal possui recursos financeiros para a referida despesa. Considerando o exposto acima, a comissão sugere o encaminhamento à PGM e à SMAS para análise jurídica quanto à vedação do repasse financeiro para aquisição do objeto solicitado através do Fundo da Criança e Adolescente para equipamentos com instalação na unidade do Conselho Tutelar do Município". E aí eu acrescento aqui, na verdade, não somente quanto à vedação ou não vedação, né? Porque nós temos uma resolução pelo CEDICA em que autoriza o gasto em relação ao fundo com recursos com criança. E aí sim seria por licitação. É diferente, são duas coisas. Uma coisa é quando a instituição, ela não é pela licitação, a instituição é pela 13.019. O Fundo, por exemplo, quando a gente contratou a Sandra, foi por licitação, porque foi o Fundo que contratou. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Isso aqui é uma ata de registro de preço já vigente dentro do município com vigência de 1 ano. Quando vem para a Comissão de Finanças, de fato há a manifestação de interesse, porque quando se lança uma licitação, isso tramita por todas as secretarias para perguntar se cada secretaria tem seu interesse. A SMIDH está aqui, ela comprovou, disse: "Eu quero tantos ares-condicionados" e ela dá os locais, que é o que está aqui e que conversa com o pedido. Então isso a gente tem. Na verdade, o que vai ser aqui é o vínculo orçamentário, como a gente chama, e o vínculo financeiro. Quem vai pagar é o conselho, mas o contrato vai ser firmado

entre o município e a empresa. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** Por licitação. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Mas a licitação já está. Vai ser regrada pela 14.133, que é uma adesão à ata de registro, que a gente já tem. Assim como a gente fez a conferência do idoso, o conselho fez a adesão à ata. Neste caso aqui, a secretaria vai fazer a adesão à ata. Então, é só o que vai ter ali, um vínculo financeiro. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Mas o pleno do conselho pode vetar. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Pode. Aqui, há um pedido. Vocês concordam em repassar o recurso? É isso que está sendo pedido. Se o conselho concorda em repassar o recurso para dar conta dessa despesa. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** O despacho não vai ser votado. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Não, mas não tem parecer, né? **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Isso aqui, precisa primeiro vir o parecer. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Da PGM para depois botar em plenária. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Nós só estamos conversando sobre o que a gente combinou, pelas comissões, tanto de política quanto de finanças, para nós termos um respaldo jurídico, que é o que a gente está falando, mandar para a PGM para que a procuradora pudesse olhar e nos dar um respaldo jurídico se é possível. É possível? Ah, não, não é possível porque está na lei X. É possível porque está na lei X. Aí vem para o conselho, para o conselho decidir se vai fazer ou não. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Mas assim, na verdade, qualquer manifestação, a gente sabe que o conselho tutelar não é responsabilidade do FUNCRIANÇA, né? Não é nossa responsabilidade. E assim, de repente esse, essa análise não precisa nem ser feita, só ser votada. Se a gente sabe que tem vedações e uma das vedações é a questão: conselho tutelar é responsabilidade de quem? Do governo municipal, da secretaria. Então, a gente deveria votar tranquilamente e dizer: faça outro processo. Porque para mim não tem viabilidade. Ainda que fosse, nem capacitação, nem diárias de conselheiro tutelar, muitas vezes a gente não pode pagar, né? Que é para a questão do empoderamento da política da criança e do adolescente. Daí a gente vai começar a pagar ar-condicionado? Minha opinião. Eu acho que não precisa nem ir para a PGM, no momento que a gente conhece a legislação e sabe o que é vedado, o

que não pode. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Mas não está no estatuto. O que eu falo que tem a permissão é no CONANDA. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Mas mesmo assim, com tanta demanda social, com tanta demanda de criança e adolescente, com tanta vulnerabilidade em Porto Alegre, a gente vai equipar com ar-condicionado? Desculpa, gente! E vocês sabem que eu sou uma das pessoas que mais dialogo com o conselho tutelar e muito dialoguei. Mas assim, há "poréns" e "poréns", né? Se muitas vezes eles não podem fazer uma abordagem, não podem fazer uma visita: "ah, não podemos fazer visita domiciliar, não podemos isso, não podemos aquilo" e daí tá, ar-condicionado. Quem é que fica ali permanentemente? A criança e o adolescente, muitas vezes, a sua família nem acessa o conselho tutelar. Às vezes as reuniões com o conselho tutelar são dentro das nossas instituições, Carol! **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Eu concordo, mas eu também penso que se tu, que uma estrutura melhor para eles trabalharem pode ajudar. Porque eles trabalham também. Eu também, nós temos uma relação próxima com os conselhos. Eu tenho ido em outros territórios e em muitos lugares tem uma estrutura melhor, mas tem lugares que tem uma estrutura bem precária. E a gente daí vai precarizando tudo. Entende? É legítimo, eu falei isso, né? **Francyne da Rosa, CEMME:** É legítima a questão de ter um ambiente qualificado para o trabalho, né? Isso em todas as organizações e em todas as instituições. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Só que a gente não pode pautar por baixo, todos devem ter o direito de trabalhar num lugar. **Francyne da Rosa, CEMME:** A questão para mim é que veio a proposta da SMIDH, né, para o CMDCA. E enquanto a SMIDH está em pendência com o CMDCA, né, a gente não tem computador para trabalhar. Então, é, vamos equipar com ar-condicionado os conselhos, mas os próprios conselheiros aqui devem fazer os seus despachos dos seus computadores, não é? Dos seus celulares. **João Batista Machado da Rocha, Fundação O Pão dos Pobres:** Eu acho que é isso que a Lu traz. A Lu, em nenhum momento ela questiona a legitimidade das solicitações, mas que é passivo de tudo. O que a Lu traz é justamente isso, qual é a prioridade dos recursos do conselho diante de tantas demandas? É o ar-condicionado? É o computador do conselheiro? É o banheiro da instituição A que não tem banheiro? Enfim, acho que é legitimidade, mas isso não se discute a legitimidade de um espaço adequado de funcionamento. Mas o que a Lu traz, de uma forma ponderada, é justamente isso. Diante de tantas demandas, essa é a prioridade? Se é a prioridade, acho que claro, merece. Talvez a

procuradora, seguindo tudo que foi tratado anteriormente, ela vai vetar. Porque a Rochele trazia isso com muita veemência: compra de equipamento não é projeto. Tem que estar vinculado a uma atividade. Essa atividade ela tem que ter um indicador, esse indicador de impacto ele tem que ser mensurado. A partir de então tem que ser um projeto de início, meio e fim. Eu lembro que na época o CMDCA estava com a aquisição dos carros para o acolhimento institucional. E comprar o carro não era o projeto. Então o projeto ele tinha que estar vinculado a toda aquela dimensão de tantos atendimentos, a relação. Então eu acredito que é isso que está sendo contado. Que de novo, pega também aquelas questões dos hospitais. A Santa Casa lá, quantas reuniões nós tivemos com a Santa Casa que foi vetada a compra de equipamentos para o SUS. Então acho que tudo isso é um conjunto de fatores que pesa sobre essa decisão. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Pergunto: qual o encaminhamento faremos? Temos dois encaminhamentos: encaminhar para a PGM ou já votar. **Mariana Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Eu acredito que encaminhar para a PGM não deixa o peso da decisão somente em vocês. Até pela articulação com as secretarias e tudo mais, né? Porque não impede de vir a votação após, mas tem toda uma outra análise para dar suporte, né? Porque tem o CONANDA, tem a lei, a gente, né, discutiu tudo isso aqui, mas acho que poderia fazer. Porque mesmo assim, quem esteve em plenária anterior, sabe que quando se trouxe sobre essa demanda da SMIDH fazer e levantar essa proposta, se houve também a devolutiva de vocês de pontuarem que eles estavam em falta com vocês também sobre essas demandas, né? E nesse ponto, que serviu como negociação, não foi? **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** Eu defendo a votação, se é assim, eu defendo a votação. Isso aí, não é ficar aqui como moeda de troca, que é obrigação da prefeitura, do executivo, fazer pelos conselhos, tanto o nosso, que é prioridade, precisamos de condições para trabalhar, porque é tudo, quase todos os dias, a presidente aí, gasta seu tempo, dinheiro, carro, estacionamento e tudo, não tem um suporte externo. Realmente o que está no estatuto é que somos voluntários, sim, né? Então, os outros conselhos é importante, sim, né? Mas não é o Fundo da Criança, não é o CMDCA que vai dar toda essa estrutura para eles, consequentemente nós não temos. Então não é barganha, vocês dão isso para a gente dar isso. Eu sou contra. **Mariana Azevedo, Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH:** Mas é que foi apresentado dessa forma na hora, quando foi trazido isso. **Paulo Francisco da Silva,**

Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA: Foi dada uma proposta, então a gente vai para a votação. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Nós temos duas propostas, né? Então, vamos colocar em votação rapidinho para a gente parar. Vamos fazer: enviar ou não enviar para a PGM, aí não precisa fazer o outro voto. Então, quem é favorável a enviar o processo para a PGM, levanta a mão. [Falas concomitantes]. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Hora de votação não é hora de ficar explicando voto. Desculpa. Porque isso aí é tendencioso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Entenderam a questão? É enviar ou não enviar, tá? Então, de novo, quem é favorável a enviar, levanta a mão: 6 votos. Então, quem é favorável a não enviar: 8 votos. Com uma abstenção somente? **APROVADO NÃO ENVIAR À PGM**. Agora a gente decidiu que não vai enviar. Ok. Então, agora a decisão é nossa. Então, a gente já tem o parecer da Comissão de Políticas? **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** A gente tinha um até então, agora tem outro encaminhamento, outra anotação, nós vamos construir esse parecer. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Então, na próxima plenária a gente traz para votação. Ok? Próximo? Vamos para as comissões.

2. <u>Comissões</u>: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças;

(Comissão de Finanças):

Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF: Finanças. Processo 23.0.000056863-5, **ASSOCIAÇÃO RITA E YASMIN DE ASSISTÊNCIA, EDUCAÇÃO E CULTURA**, projeto Construindo o Saber. A OSC encaminhou o Ofício 47/2025, documento 36368831, solicitando a transferência de valores entre os projetos. O projeto possui Carta de Captação de 80.000 e captou 10.470,43. Conforme o extrato, documento SEI 36368851. Assim, ela transfere do processo, então do projeto Construindo o Saber para o projeto Qualificando o Saber na Inclusão, o valor de 10.470,43. Em análise ao solicitado pela OSC, a Comissão de Finanças é de ***parecer favorável*** à transferência no valor dos 10.470,43. Ressalta a importância de constar no ofício e/ou no despacho ao conselho o número do processo SEI a receber a transferência. E considerando que o projeto ainda está

apto a receber doações, pois seu vencimento é 31 de dezembro de 25, importante a retirada do site, uma vez que a resolução 150 permite somente uma transferência. Alguma dúvida? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Em votação. Quem é favorável, levantar a mão. Ok, podem baixar. Alguém é contra? Alguma abstenção? Uma abstenção. Então, **APROVADO**. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF: ASSOCIAÇÃO FAMÍLIAS EM SOLIDARIEDADE – AFASO**, processo 25.0.000131056-1. Projeto AFASO Reconexões. A OSC encaminhou proposta de projeto de captação de recursos com o objetivo de desenvolver ações que auxiliem o fortalecimento das potencialidades dos beneficiários e de suas famílias, com vistas à superação das vulnerabilidades individuais e coletivas. Atendimento direto de 72 crianças e adolescentes diariamente, sendo 1.440 atendimentos mensais. A execução será na sede da AFASO e o atendimento indireto de 70 famílias, cerca de 400 pessoas oriundas do bairro Bom Jesus. O impacto esperado é a redução da exposição de crianças e adolescentes atendidos no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de 6 a 14 anos a situações de vulnerabilidade e risco social. O parecer da Comissão de Políticas é favorável, documento SEI 36324341. E a informação da ASSETEC é o 35806477. As despesas são: de consumo, 141.280; de pessoal, 837.600; de terceiros, 210.000; e permanente, 110.182. O que totaliza 1.299.012. Com retenção de 5%, o total a captar é 1.367.381,05. Em análise ao solicitado, a comissão é de ***parecer favorável*** à captação no valor de 1.367.381,05 com 5% de retenção. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Ok. Alguma dúvida? Em votação, então, quem é favorável, levantar a mão. Ok. Podem baixar. **APROVADO POR UNANIMIDADE**. É isso? Políticas?

(Comissão de Políticas):

Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre: Nós analisamos os processos, fizemos parecer e estamos aguardando o retorno e o ajuste desse projeto. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Antes de passar para a Comissão de Registros, eu queria pedir para a Comissão de Políticas e de Finanças para a gente ver a quantidade de projetos que a gente tem e tentar… Tem instituições que faltam enviar documentação. Talvez fazer um despacho dando tempo e

solicitando novamente, porque agora nós estamos entrando nos últimos dois meses de captação, de fechamento. E aí a gente teria que, teoricamente, gostaria muito da gente terminar novembro praticamente com as caixas limpas. Ah, mas novembro sim, porque vocês estão em novembro. E aí a gente tentar terminar. Se tiver algumas instituições que falta a documentação, a gente mandar um lembrete com prazo, porque senão daqui a pouquinho eles querem para dezembro mandando dia 3 de dezembro. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Fazer um checklist. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É.

(Comissão de Registros):

Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA: Então, tem agora, depois do recadastramento, algumas organizações que já tiveram as atas vencidas. Nas resoluções diz que só para atualizar, a instituição manda só o ofício e a ata com as nominatas da nova gestão. Na gestão anterior da Carol, foi uma combinação de boca entre a presidente da época e a pessoa da administrativa que emitia os atestados, que falou assim: "Quando mudar a gestão, é bom passar pela plenária". Nós, conversando aqui, achamos que não há necessidade. Se eles enviarem só a ata e o ofício de que teve a eleição e mudou, eles querem só atualizar o atestado. Então, quem emite o atestado é a secretaria. Para nós não há diferença. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Eu vou complementar porque assim, a gente avaliou os registros há 2, 3 meses. Agora as entidades estão mandando de novo porque venceu a ata. A gente já está com um grande número de processos para avaliar que não conseguimos. Vamos começar a receber os que recém há 3 meses olhamos. Então o que a gente está trazendo para a plenária é que o pessoal da secretaria pudesse olhar, ter o nosso despacho agora, só troca a nominata e emite o atestado. Não precisa passar em plenário, senão a gente vai ter que fazer despacho, olhar tudo de novo. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Eu acho bem isso, porque recém saiu e até nos atestados ainda diz o texto, exatamente isso. É por 2 anos, mas diz no atestado que o que vencer primeiro, a própria instituição renova. **Eduarda Roos Enes, Casa de Saúde Menino Jesus de Praga:** Carol, a Resolução 100 já prevê exatamente esse fluxo. O artigo 11, os anexos que são solicitados são: o anexo de renovação do atestado, a ata de eleição atualizada e uma declaração de idoneidade. Não tem nenhum plano de trabalho, nenhum documento

técnico que precise de uma análise dos conselheiros, é só ver se a documentação está de acordo com o anexo atualizado. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** É só o checklist e emite o atestado direto. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** É que não precisa passar tudo de novo. Mas como foi combinado com o pessoal da secretaria, a gente trouxe para a plenária para formalizar. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Daí só repassa. Daí só segue o fluxo, só repassa para o pessoal. O que mais? **Francyne da Rosa, CEMME:** Eu tenho duas. **UCERGS.** A gente realizou a visita hoje pela manhã. Eles já têm registro, eles estão pedindo a inscrição do serviço de convivência, trabalho educativo PCD e também atendimento PCD. É a União de Cegos do Rio Grande do Sul. Tem uma estrutura enorme na instituição, um atendimento muito qualificado, porém a gente não viu os atendimentos, não tinha ninguém. Então a gente entendeu a lógica de trabalho deles e tudo mais. Fico na dúvida na questão do trabalho educativo, porque a execução do trabalho educativo, enquanto a gente conhece de 3 vezes na semana, grupos de adolescentes e tudo mais, não é exatamente isso e talvez pela configuração da PCD, né? Então, eles trabalham de segunda a sexta, são todos os dias, e tem várias oficinas e vários atendimentos que acontecem para o adolescente. São 20 metas que eles têm, tem parceria com a SMAS. Então, assim, pelo que o presidente, o Luiz Carlos, nos apresentou, é fantástico o trabalho. Eles pensam até no quanto a bengala, por exemplo, prejudica a questão da postura. Então, eles têm profissional para trabalhar isso. São mínimos detalhes que a gente percebeu e, enquanto organização, espaço, tem muita potência. A gente não viu os atendimentos. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Não viu porque não tinha? **Francyne da Rosa, CEMME:** Não tinha, era tarde. Ah, bom, essa é a pergunta. É que é isso, ele falou que os atendimentos têm de segunda a sexta todos os dias. **Sônia Silvestrin, Secretaria Municipal de Saúde – SMS:** Foram que horário? **Francyne da Rosa, CEMME:** Hoje de manhã. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança – Vice-Presidente do CMDCA:** No plano de trabalho deles, falaram que o atendimento do adolescente do trabalho educativo seria da 1 às 5. Pela manhã não há atendimento, só aqueles atendimentos específicos que a mãe leva a criança para adaptação e algumas oficinas. Essa semana de manhã, como eles estão em uma reforma e estão em obra ali, então hoje não tinha atendimento. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** Essa OSC compõe o Fórum PCDs. E aí tem o trabalho

educativo, e são modalidades de 3 vezes na semana que a gente conhece, como vocês viram, que é a configuração diferente. Mas tem atividades que são desenvolvidas também. Eles recebem, quanto à questão da bengala, a orientação e mobilidade para fazer o deslocamento. E também tem a estimulação precoce para bebês que já nascem com a questão para ser trabalhada. Então, é uma OSC que tem uma estrutura forte e esse público eles atendem. **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** Na identificação, serviço de convivência, ele não fala de mínimo. Você pode fazer todos os dias. Com 3 vezes por semana foi constituído aqui no município. Então, como é o público diferenciado, eles fazem diferente, mas você pode fazer todas as tardes para adolescente. A parceria pode ser 3 vezes por semana, as outras duas vezes a instituição assume, por exemplo. **Francyne da Rosa, CEMME:** A estrutura e todas as oficinas e atendimentos é assim, super... Digamos, comparado ao ACERGS que a gente também foi no centro, é muito mais qualificado. Tem muitas oficinas e eles pensam em muitos detalhes da questão da pessoa, né? **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente:** E ali o prédio deles é extremamente grande, né? É muito grande e eles tiveram algumas, não foi metas, mas alguns projetos encerrados, porque eles também tinham captação de recurso aqui no fundo e no CMDCA e aí também não estão tendo mais. Então eles acabaram terminando alguns dos projetos, algumas coisas assim. Então fica quase um mausoléu, vamos dizer assim, né? Muito grande. **Francyne da Rosa, CEMME:** É, mas eu acho que é isso, acontecendo os atendimentos é super potente. Eu ainda falei isso para o presidente. Enfim, o ***parecer é favorável***, mas é só essa observação. Também ali, a organização **INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VITÓRIA DA VILA OPERÁRIA AJ. RENNER**. Eu e a Neiva fizemos reunião semana passada com a representante. Eles estavam com dificuldade de descrever a educação infantil no plano de trabalho, nas atividades. A gente orientou, eles encaminharam então o documento de uma forma mais descrita, melhor, ela detalhou um pouco mais. A gente orientou que é uma instituição que não trabalha em rede. A gente orientou isso à representante. Ela não soube nos dizer se participa de reuniões de micro, de rede, sabe? Então, é um trabalho sozinho, né? Nem conselho tutelar ali tem relação, sabe? Então, a gente orientou o trabalho em rede e tudo mais, mas é só uma observação. É reativação. A UCERGS é inscrição de serviço. E agora temos de monitoramento. **AÇÃO SOCIAL DE FÉ**, Projeto FUNCRIANÇA Casa Lar. **FEDERAÇÃO ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL** tem três projetos: Projeto Sempre é Tempo de

Ouvir, Cantar e Escrever, Projeto Ponte Mais: a Arte de Educar Contando Histórias, e Projeto Educação dos Sentimentos Desenvolvendo a Cultura de Paz. Os três projetos da FERGS estão ok, né? A Andréia que analisou e pediu para a gente passar na plenária. Ação Social de Fé também, pareceres favoráveis, atingiram a meta proposta. A **AACD**, Projeto Sustentabilidade da AACD, também ok o projeto. E a **ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL CANTINHO DOS PIÁS**. Esse, a Andréia colocou ali no despacho que é difícil de avaliar, e o CMDCA tomar uma posição em relação aos outros RTMAS ali que foram feitos. Por quê? A Escola de Educação Infantil Cantinho dos Piás não fez a prestação de contas. Não entregou nota, não entregou relatório de projeto, não entregou absolutamente nada, nenhum documento. E nas visitas que foram relatadas nos RTMAS, eles viram o que foi comprado, que foi o playground, que foi estrutura da educação infantil ali, brinquedos, enfim. Eles viram as coisas lá em uso e tudo mais, mas na prestação de contas e no parecer de gestão de parcerias, não teve prestação de contas. O que eles colocaram no SGP para prestar contas foram documentos que não foram aceitos, porque não eram notas. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Ou seja, tem diferentes: dois pareceres estão dizendo que ok e um parecer diz não, não concorda. **Francyne da Rosa, CEMME:** E aí já foi recusada a prestação de contas, já finalizou o processo. É aquela história de que a gente não conseguiu dar conta do tempo disso, né? E, inclusive, tem um parecer ali que é falado que o CMDCA não se manifestou. Então, porque já fechou o processo, digamos assim, todos os trâmites e agora que a gente está colocando o parecer. Mas enfim, e que fica difícil de avaliar no sentido de que a gente tem, quem fez a visita foi a Rochele, inclusive, e o Marcelo, e ali falam que viram as coisas que estão lá, que o Leonardo, que é o presidente da instituição, é apropriado do que ele estava falando e dizendo, que foi comprado com o recurso. E tem uma informação ali dentro também que a instituição dá, e por isso as informações acabam não batendo nos pareceres ali, nos rítmicas. A instituição falou que estava com bloqueio judicial na época que recebeu o valor do projeto. E aí, é a história que a instituição não consegue comprovar que usou esse dinheiro, mas aí as coisas estão lá compradas, mas a prestação de contas, as notas não existem. Então, é isso. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Foi bem isso que aconteceu com a instituição. Teve um bloqueio judicial de uma causa trabalhista. Na época o juiz pegou de todas as contas da instituição e eles acabaram adquirindo depois os itens do projeto e tudo, mas eles não teriam a nota com o prazo, com tudo, porque o dinheiro foi confiscado, vamos dizer assim. Eu

acho que o que a gente poderia fazer, para talvez não ter a dúvida ou talvez dar um parecer, porque a gente não dá o parecer da prestação de contas, a gente dá o parecer da execução para a política, né? Eu acho que a gente poderia fazer uma visita. E aí diz assim: "O brinquedo está ali? Está". Então, ponto. A nossa questão a gente sana, e aí a questão fica com a secretaria. Mas não tem problema, a gente não tem problema. A gente só ia dizer: "A avaliação do conselho é essa, atendeu ao objeto ou não?" Em tempo, manifesta e pronto. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Se eles concordam em comprar o A ou B, daí isso está dentro. **Luciane Escouto, Instituto Leonardo Murialdo:** Se não me engano, também tem uma questão, tem uma outra escola que também é a Cantinho dos Piás, que parece que ela ampliou também. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** É que a Cantinho dos Piás assumiu uma outra escola. Também tem isso, mas é da um. **Francyne da Rosa, CEMME:** Esse processo é da matriz. Que é na Jardim Carvalho. A Cantinho dos Piás assumiu a educação infantil de uma instituição que foi desparecerizada. **Neiva Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** Então, fechou aqui. Tem mais a OSC **SOS CASA ACOLHIDA**, que é o SEI 24.0.00077467-3. Cumpriu parcialmente as metas previstas no plano de trabalho na resolução 075, é monitoramento de 2020. E a OSC **CLÍNICA DE AMPARO A CRIANÇA,** no SEI 24.0.00075726-4, aprova também com ressalvas. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Então, com exceção do Cantinho dos Piás, o restante é tudo favorável, né? Então, quem é favorável, por favor, levantar a mão. Ok, **APROVADO POR UNANIMIDADE**.

(Informe: reunião SMAS):

O último questão é, amanhã nós temos mais uma reunião lá com a SMAS sobre o serviço de convivência, o projeto técnico. Aí, o Mincarone e eu estávamos nesse GT. Mincarone foi viajar. Então, quem vai no lugar dele? Dou uma sugestão, quem? Patrícia. Foi escolhida! [Risos]. E aí, então, a Patrícia e eu vamos estar nos revezando, mais vai ela do que eu, mas a gente vai estar se revezando. E aí a gente vai se organizando, tá? **Patrícia Lane Araújo Reis, Associação Beneficente Amurt-Amurtel:** É serviço de convivência infância e eu faço a memória no final e mando para a Carol. Aí a Carol depois socializa. E quando termina, já faço toda a memória do GT. Tem os pontos, né? Que é a questão do edital e a questão das equipes. Tem alguns pontos que indicaram que é até coordenação de nível médio. Então, tem vários

pontos mais complexos, né? E outros pontos que o Santo falou que ainda não está se discutindo nada. Eu liguei para ele hoje para saber e ele disse que vai amanhã discutir. Aí assim que se discutir, eu trago para se discutir aqui, quando eu levar, né? Tem pontos que vai se concordar e outros que não tem como, tipo nível médio para coordenação. Não tem condição nenhuma pela complexidade que a gente tem hoje no serviço de convivência. **Carolina Aguirre da Silva, Centro de Atendimento Integrado do Morro da Cruz – Caimc (Topogigio) – Presidente do CMDCA:** Mas só para a gente pontuar, aí a gente vai ver o projeto técnico depois direitinho, porque na semana passada, se eu não me engano, foi a primeira reunião, foi mais de alinhamento de agendas. E liberado o projeto técnico, assim, básico, né? Esta semana vai começar o projeto técnico, daí a gente vai já conhecendo, daí a gente pode estar fazendo um GT aqui também para a gente fazer uma discussão, para a gente complementar lá, para a gente poder alinhar e não ter coisas se perdendo depois, está? Também assim, é representação, né? Como se diz assim... No é decisão, né? É a fala que a gente leva é a fala de todo mundo. Está, gente? Mais alguma coisa? Então, gente, obrigada.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, às 16h15min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.